

Parto pode ser sentença de morte

Por Eunice Chemane

Journal Savina, Sociedade, 15.10.2021, pág. 26, Ed. n.º 1449

O Observatório das Mulheres lançou, esta semana, em Maputo, um protesto contra a violência e tratamentos degradantes nas consultas pré-natal, parto e pós-parto.

A organização atacou, igualmente, o roubo de recém-nascidos nas unidades sanitárias, exigindo a responsabilização administrativa e criminal de todos os funcionários de saúde envolvidos nestas práticas.

A activista social, Quitéria Guirengane, afirmou, na ocasião, que a assistência pré-natal, parto e pós-parto nas unidades sanitárias está condicionada ao pagamento de valores monetários por parte das parturientes.

Em caso de não pagamento, as mães estão expostas a vários tipos de violência, que tem como consequência a morte materna e outras sequelas irreversíveis, afirmou Guirengane.

"Os partos nas nossas unidades sanitárias estão condicionados ao amarrar dinheiro na capulana, colocação de dinheiro na ficha e a situações de violência, quando a pessoa não aceita colaborar com a corrupção", sublinhou.

As mulheres, prosseguiu, são deixadas nas maternidades por longas horas, sem nenhuma assistência.

As maternidades tornaram-se

As maternidades tornaram-se num espaço de derramamento de lágrimas, notou Guirengane. Repudiou também o facto de algumas unidades sanitárias localizadas nas zonas rurais não reunirem condições para um parto digno.

Por outro lado, as parturientes são obrigadas a comprar material hospitalar como luvas e material cirúrgico, para poderem ter assistência médica.

"Vimos isso quando nos deslocamos ao interior da província de Niassa e é lastimável", afirmou aquela activista social.

Drama nos distritos

Quitéria Guirengane apontou igualmente o drama que afecta as mulheres grávidas que se encontram nos centros de reassentamento nos distritos de Menique e Montepuez, em Cabo Delgado.

Chegam a percorrer mais de 40 quilómetros para chegar a uma maternidade, apontou Guirengane. Face a este cenário, o Observatório da Mulher sugere a criação de casas "mãe-espera" nos centros de reassentamento e na comunidade, capacitação das matronas, para que possam assistir aos partos de forma segura e condigna.

Leila, uma jovem mulher que foi vítima de negligência hospitalar e de violência obstétrica, contou que deu entrada no Hospital Provincial da Matola este ano, com indicação para uma cesariana ou indução, porque o feto não tinha virado, mas as parteiras não deram ouvidos e mandaram cozer para aumentar a dilatação.



Quitéria Guirengane - Activista social



Maira Domingos - Fórum Mulher

Acatou as recomendações das parteiras, mas, depois de tanto correr, sentiu-se muito cansada e voltou a informar que o seu parto tinha que ser por indução ou por cesariana, por orientação médica, "mas só ouvi insultos".

Passado algum tempo, foi-lhe introduzido um comprimido. Contrariada, a enfermeira que lhe atendeu atirou-a com a seguinte frase: "as mulheres exigentes deveriam ir à clínica".

Na sequência, a enfermeira deixou-a na maca, num quarto escuro. No meio de dores intensas, Leila perdeu forças e já não conseguia falar. Procurou formas de fazer barulho para chamar atenção.

Depois de horas foi atendida, mas já estava a sangrar e quase inconsciente.

Emocionada, contou que a enfermeira em serviço entrou no

quarto revoltada com o barulho, mas quando viu o cenário, gritou, para alertar as outras colegas.

"Este assunto é sério, socorro".

Em seguida, foi levada ao bloco e administrada anestesia geral e acordou no dia seguinte no Hospital Central de Maputo (HCM), onde foi informada que haviam retirado o útero sem o seu consentimento.

A médica do HCM solidarizou-se com a situação e tentou localizar a família que já estava havia horas à procura dela e sem resposta. Quando ela questionou a médica sobre o paradeiro do seu bebé, foi-lhe dito que ela estava morta e que o corpo havia ficado no Hospital Provincial da Matola.

Quando a família se dirigiu-se à referida unidade sanitária para recuperar o corpo para as cerimónias fúnebres, a resposta que teve é que Leila não deu

entrada naquele estabelecimento. A partir daí, iniciaram as diligências, entretanto, ninguém sabia explicar onde estava o feto.

"Dizem que eu não dei entrada [no Hospital Provincial de Maputo], mas quando cheguei com o meu marido, elas fizeram o registo que sumiu de forma misteriosa juntamente com o meu bebé. Pelo que me ajudem a recuperar a minha filha", suplicou.

Delya, Nílza e a actriz Hermelinda Simela são outros rostos de mulheres vítimas da negligência hospitalar.

Por sua vez, Maira Domingos, do Fórum Mulher, assegurou que os índices de morte materna no país podem ser muito mais elevados em relação aos dados divulgados, porque ainda há muitos partos que ocorrem fora das unidades sanitárias.

Muitas mortes de mulheres em trabalho de parto não entram nas estatísticas oficiais, observou Domingos.

Disse que não se justifica que o país ainda enfrente problemas graves relacionados com fistulas obstétricas, que anualmente afectam cerca de 2500 mulheres.

Para a activista, muitos destes casos poderiam ser evitados com o fortalecimento do sector de saúde.

"As mulheres não merecem passar por esse sofrimento numa fase que deveria ser de alegria", acrescentou.

"O que as mulheres passam no momento de parto não tem nada

de luz, tem de trevas, as mulheres, quando vão à maternidade, têm que clamar aos céus e à terra, para poderem sair sãs e salvas com os seus bebés, e as mulheres com fistula obstétrica sofrem exclusão na sociedade", afirmou.

Maira Domingos criticou o facto de muitas mulheres com fistula obstétrica serem obrigadas a viver durante muitos anos com este problema, o que as expõe ao estigma e discriminação dentro da sociedade. Só entre Novembro e Dezembro de 2020, o Observatório de Mulheres identificou 10 mulheres com fistula em situações penosas e que se beneficiaram de tratamento depois da intervenção da sociedade civil.

Maira Domingos defendeu a criação de uma entidade de investigação dentro das unidades sanitárias para possibilitar a identificação das razões da morte materna e garantir que o país não continue a perder mulheres e crianças por causas evitáveis.

Por outro lado, é necessário o fortalecimento de políticas públicas focadas na prevenção destes casos.

O observatório das Mulheres, que reúne mais de 40 organizações da sociedade civil de todo o país, solicitou um encontro com o ministro da Saúde, Armindo Tiago, para discutir e encontrar soluções para estes problemas e fortalecer a questão da humanização dos partos.